

Ao Pregoeiro Municipal E a douta Equipe de Apoio

Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Estado da Bahia R. Tobias de Castro, s/n - Centro, Riacho de Santana - BA, 46470-000

Ref.: Contrarrazões Recursais Administrativas – Edital nº 008/2025 – Modalidade: Pregão Eletrônico

**SMC SERVICOS E EVENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.472.311/0001-70, com sede a Rua José Castro Leite, 38, Bairro Olhos D'agua, Brumado-BA, 46100-000, representada por seu representante legal infra-assinado, vem, com fundamento no art. 165 da **Lei nº 14.133/2021**, interpor a presente:

#### CONTRARRAZÃO RECURSAL ADMINISTRATIVA

em face de recurso impetrado pela empresa ABRAAO SOUZA GAMA-ME no certame supracitado, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

## DA MOLDURA FÁTICA E JURÍDICA

No curso da licitação regida pelo Edital nº 008/2025 empresa ora recorrente foi **inabilitada**, nos termos da Ata da Sessão, no registro do dia 02/05/2025, às 08h55min38sec, em que o douto agente condutor frisou: "Sobre a licitante Abraão Souza Gama, foi observado que não apresentou os seguintes documentos: Certidão de Registro da Licitante junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) solicitado na alínea b, do item 3.4, do anexo III do edital."

Do ponto de vista prático, o primeiro ponto trata-se do rol documental do licitante.

Na inteligência do instrumento convocatório, o item 7.4 do Edital enuncia que os elementos de habilitação estarão no campo do Anexo III, do Termo de Referência. No que diz respeito ao campo de



item n. 8, das formas e critério de seleção do fornecedor, a qualificação técnica que solicitou acervo documental junto ao CREA (engenheiros civil, sanitarista e elétrico), CRA e licença ambiental junto ao INEMA, o licitante **não possui qualquer das certidões ou qualificações técnicas demandas**.

Não satisfeito, manifestou intenção de interpor recurso e encaminhou na oportunidade uma lauda que, supostamente seria intenção recursal, mas, com a devida vênia, sequer pode ser chamado de recurso.

A peça não possui endereçamento, não tem narrativa dos fatos, o licitante sequer expõe porque teria sido injusta e desacertada a decisão que o inabilitou e, pasmem, **sequer realiza um pedido ao final do expediente**.

A verdade é que não foi pedido nada, não foi fundamentado absolutamente nada e, tampouco organizado qualquer intenção de recorrer da decisão da douta autoridade administrativa. O que o licitante busca é tão somente tumultuar o processo licitatório, incorrendo inclusive em conduta tipificada nos incisos XI e XII do art. 155 da Lei 14.133/2021.

Qualquer tipo de apresentação de documentação prévia deveria prescindir de fato ou questão preexistente que fundamente tal perspectiva, como a própria inteligência do TCU vaticina, todavia, cumpre definir o que expressa a Lei 14.133/2021, no art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- I apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- III indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada



membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (grifo nosso)

Efetivamente, o campo de habilitação técnica produziu, no Termo de Referência, solicitações que balizam os incisos I, II, III e V, para o CREA e CRA, e o inciso IV, para à licença ambiental de descarte de efluentes.

Frise-se, reiteradamente, que o licitante promotor do recurso não atendeu quaisquer dos requisitos especificados.

Considerando o arrazoamento posto, passamos a requerer.

#### **DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

- 1. O **conhecimento e o provimento** desta contrarrazão recursal;
- 2. A manutenção da decisão de inabilitação, com o consequente prosseguimento do feito administrativo do presente certame;
- 3. A adjudicação e homologação, nos termos legais, do presente certame...

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Brumado, Estado da Bahia, 14 de maio de 2025



SMC SERVIÇOS E EVENTOS LTDA – ME CNPJ n. 11.472.311/0001-70 EUZILEI MOREIRA DE SOUSA